

morbimortalidade. A transmissão ocorre de forma interperssoal através das vias respiratórias, por gotículas ou secreções da nasofaringe, havendo necessidade de contato direto com as secreções respiratórias do paciente. Trata-se de uma doença na qual o diagnóstico é eminentemente clínico de confirmação laboratorial e de notificação obrigatória. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi analisar o perfil epidemiológico dos casos de meningite na Bahia durante o período de 2018 a 2023 e sua notificação, visto a significativa diferença de casos confirmados desse intervalo temporal se comparado com os anos anteriores.

Métodos: Para a análise do perfil epidemiológico da taxa de meningite no estado da Bahia, foram utilizados dados do período de 2018 a 2023 retirados do DataSUS, o qual é abastecido pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Incluiu-se como estratos variáveis sociodemográficas como o município e o sexo, a evolução da doença e indicadores para a análise das taxas de meningite, como as taxas de letalidade e de mortalidade.

Resultados: Durante o período foram notificados 1.034 casos de meningite no sexo masculino e 727 no sexo feminino. Conforme o município de notificação, as três cidades com maiores índices foram Feira de Santana, Vitória da Conquista e Salvador. Foram contabilizados no total 283 óbitos por meningite na Bahia, a taxa de letalidade foi de aproximadamente 26,3% e o ano com maior quantidade de casos confirmados foi em 2022 com 452. De 2017 para o início do período analisado houve um avanço significativo de notificações, em 2017 foram 16 e em 2018 foram 450. A taxa de mortalidade foi maior no ano de 2022 no qual foram notificados 79 óbitos.

Conclusão: A divulgação das diferenças ecoepidemiológicas entre as regiões e os períodos analisados é essencial para a análise, com o intuito de reforçar as medidas de notificação junto à Vigilância Epidemiológica e evitar subnotificações, diminuindo a propagação da doença e promovendo estratégias de prevenção em conjunto com a população e de tratamento.

Palavras-chave: Meningite Epidemiologia Saúde pública

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103117>

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO RELACIONADO À TAXA DE MORTALIDADE POR SEPTICEMIA, NO BRASIL, DURANTE O PERÍODO DE 2015 A 2020

Camila Melo de Freitas*,
Camilla Leite Fernandes de Andrade,
Leticia Jacon Vicente, Cora Matildes Rocha Santos,
Igor Machado Sangi,
Heva Manuele de Almeida Fernandes,
Rodrigo Almeida Souza

Faculdade Pitágoras, Eunápolis, BA, Brasil

Introdução/Objetivo: A sepse é definida como uma resposta inflamatória sistêmica, com presença de foco infeccioso. É um importante problema de saúde pública, com alta taxa de mortalidade, representando a principal causa de morte em pacientes tratados em unidade de terapia intensiva. A maior incidência de sepse deve-se ao envelhecimento

da população, a procedimentos mais invasivos, ao uso de fármacos imunossupressores, assim, espera-se que esta tendência se acelere no futuro. Dessa forma, esse estudo pretende caracterizar e quantificar os pacientes que foram à óbito por sepse no Brasil no período de 2015 a 2020.

Métodos: O presente artigo se trata de um estudo transversal sobre óbitos por septicemia na população brasileira, entre os anos de 2015 e 2020. Os dados foram coletados através do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS) utilizando os seguintes parâmetros: lista CID-10 em septicemia, faixa etária, sexo, ano do óbito, raça e local de ocorrência.

Resultados: Nos anos de 2015 a 2020, 1.119.236 pessoas foram a óbito por septicemia no Brasil segundo o SIM/SUS, sendo que 2015 apresentou a menor contagem com 18.595 óbitos, enquanto 2019 apresentou a maior contagem com 21.671 óbitos. Com base nos dados, foi possível perceber que o sexo feminino foi mais afetado que o masculino com uma contagem de 3.601 óbitos de diferença. Referente à faixa etária, a mais acometida foi a dos idosos de 80 anos ou mais, deixando as menores contagens para crianças entre 5 e 10 anos, que apresentam 0,7% do total. Ademais, os pacientes brancos foram mais afetados, representando 52,5% dos 119.236 óbitos, enquanto a população indígena representa apenas 0,3% do valor total. O último dado coletado foi o local onde ocorreram esses óbitos, mostrando que 89,1% ocorreram no ambiente hospitalar, seja por procura tardia ou por início de septicemia dentro do próprio hospital.

Conclusão: Pode-se concluir, que a maioria dos óbitos ocorreu em ambiente hospitalar, apontando para a necessidade de aprimoramento nos protocolos de prevenção e tratamento. Campanhas de conscientização são fundamentais para prevenir a doença em populações vulneráveis.

Palavras-chave: Sepse Epidemiologia Registros de mortalidade

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103118>

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA INCIDÊNCIA DE LEPTOSPIROSE EM CIDADES DO LITORAL DE SÃO PAULO EM 2023: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Ana Karollyna de Faria Santos^{a,*},
Henrique Monteiro Barbosa^b,
Lara Almindo de Souza Nobre^c, Lara Ribeiro de Pádua^d

^a Universidade Santo Amaro, São Paulo, SP, Brasil;

^b Universidade Anhembis Morumbi, Niterói, RJ, Brasil;

^c Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel, PR, Brasil;

^d Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, MG, Brasil

Introdução: No início de 2023, o litoral do estado de São Paulo foi atingido por fortes chuvas que causaram inúmeros alagamentos, deixando muitas regiões sob calamidade. Associado a isso, no contexto de saúde pública, há estudos que mostram a relação de eventos climáticos com a leptospirose humana. Não há, até o presente momento, análises sobre a

possível correlação da doença com as chuvas no litoral paulistano no período analisado pelo trabalho.

Objetivo: Analisar a incidência de leptospirose no litoral de São Paulo em 2023.

Metodologia: Estudo ecológico observacional realizado a partir de dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) alojados no DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil) referentes aos anos de 2021 e 2023 e do setor de zoonoses do estado de São Paulo encontrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação referentes a 2023, cerceando a coleta entre janeiro e abril deste ano. Foram consideradas as variáveis de internações por leptospirose dos 16 municípios do litoral de São Paulo e de casos notificados e confirmados em 28 Grupos de Vigilância Epidemiológica (GVE) de residência do estado. Foi realizada estatística descritiva no Microsoft Excel.

Resultados: Houve aumento de média de 3,41 internações por leptospirose em 2022 para média de 6,25 de janeiro a abril de 2023 no litoral paulista. Caraguatatuba e Santos, municípios do litoral paulista citados por dados do GVE, apresentaram, respectivamente, aumento de, em média, 2,44 para 22 e 15,08 para 43,75 casos notificados por mês quando comparado o ano de 2021 ao período analisado de 2023. Quanto ao número de casos confirmados nos mesmos períodos, Caraguatatuba manteve média de 0,25 casos ao mês, enquanto Santos obteve aumento médio de 3 para 6,25 casos mensais.

Conclusão: Observou-se o acréscimo da incidência desta doença na região litorânea paulista em 2023. Este estudo corrobora o padrão descrito na literatura, sugerindo a alta ocorrência da leptospirose relacionada às condições ambientais. Comparado com anos anteriores, 2023, em apenas quatro meses, teve ocorrência aumentada da leptospirose na região em quase todos os itens analisados. Isso pode ser explicado pelos alagamentos causados pelas chuvas que atingiram o local em fevereiro de 2023. Portanto, é preciso promover melhorias nas condições de saneamento básico e de coleta de lixo nesses locais, pois na falta desses cuidados, agrava-se o contato da população com a *Leptospira* sp.

Palavras-chave: Costa Inundações Leptospirose

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103119>

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS INTERNAÇÕES POR SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Sofia Cisneiros Alves de Oliveira*, Julia Leite Garcia, Manuela Leitão Nunes, Íris Tarciana de Freitas Cunha, Renato Brito dos Santos Júnior

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Lagarto, SE, Brasil

Introdução: Na sífilis congênita, a maioria dos casos acontece porque a mãe não foi testada ou porque recebeu tratamento não adequado. Estima-se que, na ausência de tratamento eficaz, 13% resultarão em parto pré-termo ou baixo peso ao nascer, além de pelo menos 20% de RN que apresentarão sinais sugestivos de sífilis congênita.

Métodos: Foi realizado um estudo transversal com dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Esse, teve como objetivo realizar uma análise

epidemiológica acerca das internações por Sífilis Congênita, nas unidades de federação nos últimos 5 anos, de janeiro de 2018 a maio de 2023.

Resultados: Ela pode ser precoce (até o segundo ano) ou tardia (após os dois anos). É visto que o Brasil, nos últimos 5 anos, apresentou um montante de cerca de 104.501 internações pela doença, sendo os estados do Rio de Janeiro (12.901), São Paulo (7.908) e Pernambuco (7.209), os maiores contribuintes. Notou-se que o ano de 2021 trouxe mais casos, chegando a um total de 21.346 internações (20,4%), e que, esse número cresceu ao longo dos anos. Destas internações, 97,8% se deu através da urgência. Vê-se que a proporção entre bebês do sexo masculino e feminino afetados foi semelhante, com 48,5% e 51,4%. Sobre a raça, é observado que, recém-nascidos pardos (44.960) e brancos (18.786) foram os mais afetados. Os casos de sífilis precoce ocorrem na grande maioria dos casos (98,4%), sendo que os tardios diminuem com o avançar da idade. Houve um total de gastos de R\$ 76.774.541,60, logo, nota-se que esse valor poderia ser minimizado com ações de prevenção primária ou secundária. Analisando o desfecho desses casos, a média de dias da internação, foi de cerca de 9,0 dias. Ocorreram 206 óbitos nesse período devido a essa condição, o que representa uma taxa de mortalidade de 0,20. Os estados do Pará e de Alagoas possuem as maiores taxas de mortalidade. Por fim, percebe-se, a partir dos dados supracitados, a necessidade de se intensificar as ações de vigilância, prevenção e promoção de saúde, a fim de reduzir o número de internações por esta condição.

Conclusão: Trata-se de uma doença passível de ser prevenida. A eliminação pode ser alcançada por meio da implementação de estratégias efetivas de diagnóstico precoce e tratamento adequado nas gestantes e suas parcerias sexuais. Assim, o risco de desfechos desfavoráveis à criança será mínimo. Ressalta-se que o cuidado envolve diferentes pontos de atenção à saúde e o seguimento é essencial.

Palavras-chave: Sífilis Congênita Infecções Sexualmente Transmissíveis Epidemiologia Neonatologia Gestação

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103120>

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS DE FEBRE MACULOSA NO BRASIL: ESTUDO ECOLÓGICO

Francisco Carlos Brilhante Neto^{a,*}, Ana Clara Aragão Fernandes^a, Ticianne Nunes de Miranda Bento^a, Fátima Ayrine Pereira Lima^a, Joice Raquel Urbano do Nascimento^a, Luiza Barreto de Carvalho^b

^a Universidade Potiguar (UnP), Belo Horizonte, MG, Brasil;

^b Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Porto Seguro, BA, Brasil

Introdução/Objetivo: Analisar os casos confirmados de febre maculosa e sua distribuição regional no Brasil.

Métodos: Estudo ecológico realizado por meio de dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de todos estados